

Sobreposições e borramentos: urbanismo, Paris e o quintal da casa de minha avó

Ana Fernandes (UFBA, Brasil)¹
anaf@ufba.br

- ¹ Professora titular da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, tem graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Diplôme D'Études Approfondies e doutorado em Aménagement et Environnement pela Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne). Realizou pós-doutorado na Columbia University e na École d'Architecture Paris Malaquais. Coordena o grupo de pesquisa Lugar Comum.

Sobreposições e borramentos: urbanismo, Paris e o quintal da casa de minha avó

Resumo: Partindo de uma questão formulada por um estudante de graduação da Faculdade de Arquitetura da UFBA, nos anos 1990, busca-se adentrar o campo do urbanismo a partir de algumas indagações que vêm proliferando acerca de seu significado e seu papel. Primeiro, problematizamos modos de conhecer e suas ontologias, o que aponta para a emergência de novos possíveis e de trincheiras como lugares de produção de conhecimento. A compreensão do urbanismo enquanto campo de lutas, sua disciplinarização e caminhos para sua reconfiguração ancoram um segundo ponto de reflexão. Por fim, entendendo o ensino como compromisso ético, ativa-se a necessidade de compreender a natureza da urgência da crítica, assim como o lugar da crise da universidade e as possibilidades de trabalho coletivo, plural e potencialmente livre.

Palavras-chave: Modos de conhecer, Urbanismo, Ensino.

Overlays and blurring: urbanism, Paris and my grandmother's backyard

Abstract: *Starting from a question formulated by an undergraduate student at the Architecture School of UFBA, in the 1990s, we seek to enter the field of urbanism based on some questions that have been proliferating about its meaning and its role. First, we problematize ways of knowing and its ontologies, which points to the emergence of new possibilities and trenches as places of knowledge production. The understanding of urbanism as a field of struggles, its disciplinarization, and paths for its reconfiguration anchor a second point of reflection. Finally, understanding teaching as an ethical commitment activates the need to understand the nature of the urgency of critique, as well as the place of the crisis of the university and the possibilities of collective, plural and potentially free work.*

Keywords: *Ways of knowing, Urbanism, Teaching.*

1. Introdução

Busquemos suscitar reflexões, problematizando os conceitos de urbanismo e de cidade. Baseio-me em diversas trocas e problematizações emuladas no âmbito do Grupo de Pesquisa Lugar Comum, que eu tenho a honra de coordenar, e da nossa própria área e de área afins, aos quais eu sempre sou profundamente agradecida.

De partida, convém retomar a questão de um estudante de graduação, há cerca de trinta anos, na década de 90, portanto. Ao ministrar a disciplina Teoria do Planejamento Urbano e Regional, que dizia respeito às questões do urbanismo, do projeto urbano e da cidade, costumava questionar os discentes: “— Como vocês veem a formação oferecida na Faculdade? Quais conteúdos julgam importantes?”. Um estudante respondeu algo muito marcante, com palavras que tento reproduzir: “Gosto muito daqui, acho muito interessante, mas eu não entendo o porquê de os professores da Faculdade se referirem a Paris como se fosse o quintal da casa da minha avó.”

Essa fala revela-se extremamente significativa, não apenas naquele momento, mas principalmente hoje, quando é possível perceber nela um sentido mais profundo. Há ali uma mobilização de diferentes horizontes e modos de existência e um tensionamento entre eles. Por esse motivo, “Paris” e “o quintal da casa da minha avó” serão, aqui, os principais referentes em relação a questões acerca de ontologias que cada uma dessas referências supõe. É muito desejável a inter-relação, a interface e o borramento que deveriam ou poderiam ser construídos entre esses dois universos, porque isso supõe desdobramentos importantes na constituição do campo de conhecimento, do ensino e da trincheira que se deve ocupar. Neles, a questão ética impõe-se por todos os lados.

A confluência entre esses elementos — entre “Paris e o quintal da casa da minha avó” — e sua problematização nos indagam acerca de três (entre muitas outras) questões: os modos de conhecer, o urbanismo e o ensino.

2. Modos de conhecer

Pensar em ontologia simplesmente como vários modos de dizer o “ser”, considerando que existem diferentes universos através dos quais os seres podem se expressar e assim serem expressos ou compreendidos remete a diversos modos síncronos de existência. O que poderia, então, nos fazer pensar a imbricação entre “Paris e o quintal da casa da minha avó”? Três noções são fundamentais de serem examinadas.

A primeira delas está presente na filósofa francesa Chantal Mouffe (2011) e em seu conceito de exterioridade constitutiva. São muito diversos os campos de tensionamento e os sujeitos, sobretudo enquanto sujeitos coletivos,

se definem a partir da relação com eles e entre eles. São relações que (n)os constituem enquanto seres.

Assim, para discutir questões de identidade e de pertencimento, é também importante identificar aquilo que não somos, pois esse também é um elemento definidor daquilo que nós pretendemos ser, mesmo nos transformando sempre. Essa noção de exterioridade constitutiva traz consigo, portanto, a questão da multifacetada experiência coletiva. Existem hierarquias e jogos de força entre essas exterioridades e entre elas e as “interioridades”, visto que expressam os movimentos de valores socialmente aceitos, desprezados ou, muitas vezes, criminalizados. Ao mesmo tempo, trata-se de referentes que legitimam modos de ser e conformam horizontes de possibilidades e de desejos. A imersão nessas redes de sentido, complexas de *per si*, traz possibilidades de opções e caminhos, de enfrentamentos, de disputas e de debates.

Os modos de existência são então múltiplos e carregam, em princípio, legitimidade em si. Ora, como dar conta da sua multiplicidade e complexidade? No livro *E se Obama fosse africano?*, de Mia Couto (2016), há um conto envolvendo situações de tradução entre culturas distintas. Como exemplos, entre tantos outros, “Ministro da Cultura” foi traduzido por “Ministro das Brincadeiras” e “pobre” passou a ser “órfão”. Observa-se que, nesse processo de tradução, uma determinada palavra não apenas muda de sentido ao passar para outro idioma, como revela modos de existência que fazem com que ela adquira significado. Pobre, de modo geral, no Brasil, denota uma pessoa com carência, majoritariamente associada a pouca renda. Ao associar pobre a órfão, este será entendido como alguém que perdeu uma rede de relações familiares e de apoio, na qual a questão da renda é secundária.

Cabe ainda refletir acerca desses diferentes modos de existência e sua relação com as palavras, numa conjuntura em que somos inundados de novos vocábulos a cada momento. Se, muitas vezes, a utilização de novas palavras pode ser importante para aproximar e ampliar referências, ela também acaba sendo largamente insuficiente para dar conta de outros modos de pensar. Como o próprio Mia Couto (2016) afirma, não se trata de traduzir palavras, mas de traduzir pensamentos e traduzir pensamentos significa conseguir adentrar as lógicas que os constituem. Trata-se, em última análise, de compreender sistemas de pensamento nos quais as palavras ganham sentido pleno.

Seria então necessário integrar “Paris” e o “quintal da casa de minha avó” em seus sistemas próprios de pensamento, em uma operação dupla: a de interpelar “Paris” e toda a construção moderna da colonialidade do poder e do saber; e a de dar a conhecer o “quintal da casa da minha avó” através da

compreensão de outras ontologias, sentidos e tradições, aspirações e desejos. Construindo borramentos, pluralidade e insubordinação, pode-se então pensar em abandonar a hierarquia entre o luminoso guia — em geral um certo pensamento colonizado que se refere a Paris quase como se fosse o único caminho a ser seguido pela humanidade — e o opaco cadente, aquele que deve ser desprezado, normatizado, sem sentido e, portanto, que deve permanecer invisibilizado e sem legitimação.

Nesse sentido, desnaturalizar repertórios, percepções e construções hegemônicas do mundo e (de)silenciar outros possíveis, dando-lhes voz e visibilidade, permitem que sejamos instruídos sobre outros modos de ser. Daí emergem novas conexões, novas dominâncias, sensibilidades, valores, desejos, em sua relação profunda com a esfera coletiva. É uma construção sempre em processo, que nunca estará finalizada, sempre disputada e sempre almejando este algo que pode vir a ser no caminho da construção ética e democrática.

Claro que, em princípio, não se faz aqui referência a nenhum pensamento autóctone, pois quase sempre os pensamentos e os modos de existência já aparecem imbricados em múltiplas redes de sentido e de ação, no entanto, há sempre dominâncias, modulações, referentes, temporalidades, expectativas, recusas que possibilitam perceber as distinções de modos de compreensão e de vida.

Como então os sujeitos de ação e de reflexão, incluindo a universidade, se relacionam com esse modo de compreender? Com que caminhos e por quais deles pensamos, compreendemos, dialogamos? Afinal, a qual conjuntura, a qual mundo — social, político, acadêmico — nosso ensino e nossa pesquisa corresponde?

As trincheiras se fazem necessárias como nossa terceira aproximação. Acredito que a produção de conhecimento se faça a partir delas. Essa produção é imediatamente política porque esse lugar de trincheira luta pela justiça cognitiva e pela ampla ação propositiva e democrática.

O combate e a utilização dessa trincheira caminham em direção a construções contra hegemônicas e descoloniais, nas quais a questão das chamadas minorias étnico-sociopolíticas (amplas majorias, do ponto de vista da existência) e também as relativas ao meio ambiente são pontos de partida e de chegada, pois, toda a questão particularizada carrega consigo o universal. Combate, portanto, seguindo Boaventura de Sousa Santos (2003), à razão arrogante, aquela que se imagina livre, e a razão metonímica, aquela que se imagina como única forma de racionalidade. Trincheira essa que busca uma associação estreita entre produção coletiva de conhecimento, liberdade de pensamento, escolha e potencialização de lógicas plurais de justiça e de

democracia, em direção à transformação social. Ao mesmo tempo, imbrica-se com o cuidado (e com as responsabilidades que dele derivam) como política urgente e abrangente de vida.

Em outras palavras, trata-se de questionar, com rigor e abertura, esse universo acumulado de princípios e conceitos. Busca-se dar lugar, interagindo, a outros sistemas de pensamento, a serem considerados equivalentes em legitimidade, construídos na esfera pública e comum, o que só pode ser feito de forma coletiva, gerando inteligência coletiva. Que interfaces e borrachamentos, então, podemos tecer entre as metáforas dos quintais e de Paris? Olhar de cima, olhar de baixo, olhar de dentro, olhar de fora, em amplas perspectivas, em frestas, em festas.

Em termos de urbanismo, a que remetem as referências a “Paris” e ao “quintal da casa de minha avó”?

3. Urbanismo

Em primeiro lugar, cabe entender o urbanismo enquanto *campo*. Segundo Bourdieu (1996, p. 50), o espaço social é constituído por diversos campos, ao mesmo tempo campo de forças, “cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos”, e campo de lutas, “no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura”. Em suas relações e embates, ambos delineiam “espaços de possíveis”, sempre definidos de modo relacional e mutante, seja conflitivo, convergente, disruptivo.

A partir da ação dos diferentes grupos sociais que produzem o urbanismo, vão derivar o reconhecimento e a demarcação de conjuntos de problemas, de referências teóricas e empíricas, de experiências, de proposições, de monstros sagrados e de plebeus, de disputas, de formações, de tradições, de símbolos e de expectativas, e, enquanto campo relativamente autônomo, também de história própria.

O que daí se desdobra imediatamente são escolhas, posições, confrontos no âmbito do campo, formado por diferentes tradições teóricas e projetuais, por agentes públicos e privados — cujo poder é concentrado e assimétrico — por demandas sociais urgentes e emergentes e por disputas no âmbito do próprio exercício da profissão. Trata-se, assim, de um embate constante entre ordens de poder, de sociabilidade, de subjetividade, de criação. Como então operar a crítica à seletividade aguda desse complexo e intrincado campo, atuando simultaneamente em termos de formação?

A segunda questão importante a se considerar é que o urbanismo, enquanto formação, se disciplinarizou no Brasil. Esse campo, que vem de origens e

tradições diversas, sempre engajou conhecimentos variados, o que significa uma atuação conjunta de muitas sabedorias, mesmo que consciente e disciplinarmente recortadas. No Brasil, entretanto, bem ao sabor modernista e progressivamente ao longo da segunda metade do século 20 — momento em que se faz necessário reconhecer a ação profissional importante e destacada dos arquitetos e sua confluência com o desenvolvimentismo, no qual a construção do estado brasileiro e de Brasília como paradigma não são inocentes —, o urbanismo vai sendo enfeixado pelo campo da arquitetura em suas manifestações institucionalizadas e normatizadas. Uma das formas de expressar o campo de forças e o campo de lutas aos quais já nos referimos, o urbanismo, ou ao menos a sua coordenação e formação, se torna progressivamente atribuição exclusiva daquele campo profissional.

Ressalto que, embora sejam fundantes, inúmeras e desafiadoras as interfaces entre arquitetura e urbanismo, entendo que a circunscrição teórico-prática e o método a utilizar na abordagem de cada um deles são de ordens distintas. A arquitetura centra-se no objeto, mesmo que ampliado em suas inúmeras conexões de teoria, de criação e de contexto. O urbanismo envolve o processo ampliado de produção de espacialidades, em uma temporalidade média, o que envolve os objetos, mas não se restringe a eles.

Por sua vez, o projeto é, sem dúvida, um dos elementos centrais do urbanismo. Importante, claro, mas não único. Diversos campos de saber são demandados sem os quais o urbanismo não pode se sustentar. Na prática, diversos saberes disciplinarizados são ativados, mas enquanto campos especializados e desconexos, pois perderam a possibilidade de problematizar a ação urbanística enquanto formação profissional. Já outros saberes, oriundos do fazer, da tradição, da invenção de outros futuros são em sua maior parte invisibilizados e, na maior parte das vezes, deslegitimados e condenados. Aqui, é forçoso reconhecer que, para além do campo de forças, o campo de lutas tem sido, em geral, cruel, com possibilidades mais plurais e promissoras para cidades e territórios.

Também o campo de lutas, interno ao próprio urbanismo, pode ser de tal forma reduzido ou ampliado em seu escopo, que praticamente desaparece enquanto complexidade de articulações e de possibilidades.

Há um grande projeto da Universidade de Harvard, agora praticamente encerrado, denominado South America Project. O arquiteto Felipe Correia, seu coordenador, o classifica ao mesmo tempo como “planejamento continental” e como “urbanismo de extração” (CRUZ, 2019). Utilizando a escala do voo de satélite (o voo de pássaro se tornou piegas para essa ambição), o projeto busca vincular as diversas iniciativas extrativistas em curso em diversos países da América do Sul — e que têm defrontado e muitas vezes

destruído tantos e tantos territórios ancestrais e de povos originários — em uma perspectiva logística global. Esse “urbanismo” diz respeito a um território de dezoito milhões de quilômetros quadrados (ou 1 bilhão e 800 milhões de hectares!) e sua redução à lógica panóptica de articulações funcionais e desterritorializadas supõe uma onipotência divina ou simplesmente uma prepotência corporativa dos grandes atores globais. Desnecessário dizer que são descoladas dos processos vitais, ou daquilo que Boaventura Santos (2003) chama de escala pequena, a da proximidade e das relações socioambientais que a caracterizam.

Por sua vez, Winy Maas (2018), em uma busca importante de abertura do campo e de enredamento de escalas, afirma que tudo é urbanismo. Se tudo é urbanismo, do que ele trata? Retornamos ao belo e sociológico conceito de urbanismo como modo de vida de Wirth (1967)? Desaparece ele enquanto campo de conhecimento que apreende e compreende, mas que também propõe?

Nesse quadro complexo, exacerbam-se simultaneamente onipotência narcísica e interrogações fertilizadoras, estas ainda em processo de formulação e de sedimentação. Paris e o quintal da casa de minha avó adquirem, nesse caso, plena significação, seja como caricatura, seja como meandros e possibilidades de confluências, de deformação e de invenção.

Por fim, importa relevar que a substância do urbanismo é a sua interface com a cidade. A arquitetura, ao lado de tantos outros, é um de seus campos conexos. Entender o urbanismo como potência do comum ou como arte de cultivar cidades remete então a um processo amplo e complexo de atuação de muitos agentes tensionando desejos, projetos e futuros. São muitas as racionalidades ativadas, muitos mundos, muitos seres, muitos sentidos, muitas espacialidades possíveis. Embate constante entre ordens de poder, de sociabilidade, de subjetividade, de ancestralidade e de criação em direção à construção de horizontes societários e urbanos em suas dimensões materiais, simbólicas e políticas.

4. Ensino

Em relação ao ensino, como formar arquitetos e urbanistas tendo “o quintal da casa da minha avó” e “Paris” como problemáticas? Em primeiro lugar, importa engajar um compromisso ético na produção do conhecimento em ação. Como dizia Paulo Freire (1996, p. 24): “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético”. O primeiro elemento desse engajamento está ligado às questões da urgência, da crítica e da crise, que também indagam aquelas relativas à legitimidade da universidade.

A urgência remete a questões vigentes no nosso próprio tempo, que não podem ser adiadas. Havendo demora, o risco de perda é irreparável e irreversível. Em muitos casos, a questão da morte está colocada de forma direta. Se nos circunscrevermos ao campo do urbanismo, onde a urgência estaria instalada? Que princípios e perspectivas ela traz? Com que mundo ela dialoga e como? A urgência talvez seja um dos maiores e mais dramáticos descritores da atual sociedade dos riscos.

Michael Sorkin (2014, p. 92), arquiteto estadunidense, define a crítica de modo contundente: segundo ele, “a crítica deve situar a natureza da sua urgência”. Se estamos nos perguntando sobre a urgência, o ensino crítico e o enfrentamento crítico da urgência devem nos fazer pensar sobre a natureza dessa mesma urgência, o que significa colocar em tensão o nosso próprio papel, a nossa profissão, o nosso campo, o nosso complexo estar coletivo no mundo.

Por outro lado, a crítica supõe um horizonte de formulação e de expectativa sobre o qual ela se constrói. O que nós temos em nosso horizonte como anseio e como necessidade de formulação? Nesse sentido é que a crítica é propositiva e integra a problematização de novos mundos possíveis.

Em conjuntura marcada por profundo estreitamento, com muitos autoritarismos e fechamentos de horizonte, seus regimes hegemônicos de verdade — o urbanismo corporativo ou o de extração, por exemplo — devem ser explicitados e colocados em questão, uma vez que são colocados como inevitáveis ou como os únicos capazes de fazer frente a sucessivas crises da cidade contemporânea.

Afinal, de que verdades estamos falando? O que essas verdades legitimam? Sobretudo, a que necessidades correspondem? O que não está? Que outras verdades, sentidos, sistemas de pensamento emergem e buscam legitimação? Como as ações hegemônicas e seus programas nos embalam em demandas de formação profissional? Com quais ordens de legitimação? O privado não é apenas abstração: não só ele não opera sozinho, como agrega aliados em todos os campos sociais, inclusive na universidade. Um interesse social multifacetado e inventivo, conjugado a um imperativo ético de justiça, pluralidade e democracia é um guia preciso para definição da natureza de nossa urgência.

“Nós temos as lajes para oferecer à cidade”. Essa é uma das formas com que José Eduardo Ferreira Santos (2017, n. p.) descreve o processo de criação, em 2011, do Acervo da Laje, “espaço de memória artística, cultural e de pesquisa sobre o Subúrbio Ferroviário de Salvador” (Acervo, 2021). Nessa passagem entre uma realidade urbana pretensamente crua e desprovida e as potencialidades que carrega, inclusive de ensino e formação, convém

destacar a potência imaginativa, disruptiva e afetiva que possibilita, recolocando parâmetros para se enfrentar a questão da natureza da nossa urgência. As possibilidades de cidade que podem daí decorrer são infindáveis, agregadas a partir de modos de existência, de sociabilidade, de tradições, de crenças, de ex-centricidades (no sentido de não-cêntricas) cognitivas preciosas.

Ainda no que diz respeito à urgência, a universidade, ela própria, teve seu lugar mudado nas esferas de legitimação. A velha universidade burguesa, parte das estruturas de reprodução de elites e dimensão da produção de conhecimento, agora se vê confrontada em sua legitimidade em três frentes: por um lado, a universidade como negócio; por outro, por profundo obscurantismo e, por fim, pela universidade renovada de conteúdo social e político. Ancorar-se social e pedagogicamente nessa última perspectiva parece possibilitar renovação de seus sentidos, conquistando, simultaneamente, permanência e necessária transformação.

Seria então interessante pensarmos que nosso ensino devesse estar baseado em uma combinação de prioridades e de matérias que fossem imantadas pela natureza da nossa urgência, conformada por expectativa social, por esperança e desejos variados. Parece superada, pelas ferramentas de que dispomos (se bem que ainda limitadas), a velha questão de como operar quantidade de conteúdos e conhecimento enciclopédico, dando agora lugar à capacidade de problematização e de compreensão do real, real enquanto construção socialmente referenciada e plural.

É esse um sentido importante dado a buscas acerca do urbanismo contemporâneo, em sua relação com as urgências e com os acúmulos, enfrentamentos e crítica de sua própria história. É esse o sentido da vigência de conteúdos e de formas, tempo durante o qual algo vigora, estimulando interesses, curiosidades e compromissos. “Paris” e o “quintal da casa da minha avó” adquirem expressão nessa relação indissociável que se estabelece em um modo de conhecer que se atualiza. Essa ou outras questões, tão próximas e tão distantes, tão similares e tão incongruentes, trazem vigência e pregnância ao horizonte crítico de um universo de formação situado e contextualizado.

Não seria a partir dessa leitura coletiva das urgências e das crises que se poderia elaborar um projeto de formação, ancorado no imperativo ético de respeito, autonomia e cooperação? Sempre nas franjas do instituído e nos processos do instituinte, em práticas colaborativas e conflitivas, nas quais a legitimidade do outro está garantida?

Nesses processos, nossas arrogâncias, verdades absolutas e leituras conspiratórias acabam tendo de ser buriladas e contidas, pois a construção é coletiva. O poder de fala, mas também o poder de escuta incorporam o outro

e constroem-se, simultaneamente, em espaço compósito e plural, teórico-experimental, agregando os sujeitos de resistência e de criação. Lealdade e muita alegria, fundamentais, são possíveis no trabalho conjunto, todos eticamente enfeixados a partir da relação sujeitos/sujeitos, entre eles, entre nós, relação inevitavelmente política. Trata-se da revanche do relacional (Escobar, 2011), instaurado enquanto um fato epistêmico, social, político e cultural; e, eu acrescentaria, pedagógico.

Assim, sejamos brasilianistas (desculpem a ironia), participemos de redes latino-americanas, africanas, transatlânticas, marcadas por espaços de descontentamento e insubordinação. São possibilidades, plenas de mediações e de muito trabalho, para se pensar as (in)congruências, borramentos e sobreposições entre o quintal da casa de minha avó e Paris e a formação em nosso campo que daí se desdobram. Trabalho cooperativo que a vida em sociedade e em universidade nos impõe. Apostando que ele possa ser potencialmente livre...

Referências

ACERVO da Laje. Disponível em: <https://www.acervodalaje.com.br>. Acesso em 01 Mar. 2021.

COUTO, Mia. Línguas que não sabemos que sabíamos. *In: E se Obama fosse Africano?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CRUZ, Leandro de Sousa. Grandes universidades estrangeiras no campo do urbanismo no Brasil: universidades “por Pro etos” e Governança do Território. In: Encontro nacional da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional – ENANPUR, 18º, 2019, Natal. **Anais XVIII ENANPUR**. Natal: EDUFRN, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1229>. Acesso em 04 Fev. 2021.

ESCOBAR, Arturo. “Pachamámicos” *versus* “Modérnicos”. **Tabula Rasa**, n. 15, p. 265-273, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892011000200015. Acesso em 15 Mar.2021

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: http://www.apoeesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf. Acesso em 17 Fev. 2021.

MAAS, Winy. **Everything is Urbanism: a manifesto**. DOMUS, 2018. Disponível em: <https://www.domusweb.it/en/speciali/guest-editor/winy-maas/2018/11/26/everything-is-urbanism.html>. Acesso em 15 Fev. 2021.

MOUFFE, Chantal; LACLAU, Soledad. **En torno a lo político**. México: Fondo de Cultura Econômica, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista crítica de ciências sociais, n. 63, p. 237-280, 2002. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf. Acesso em 10 Ago. 2020.

SANTOS, J. E. F. **Palestra na Disciplina Política, Democracia e Direito à Cidade**. Salvador: PPGAU//FAUFBA, 2017.

SORKIN, Michael. Critical Measure Why Criticism Matters. **Architectural Review**, v. 235, n. 1408, p. 91-99, 2014.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: Otávio G. Velho (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Como referenciar

FERNANDES, Ana. Sobreposições e borramentos: urbanismo, Paris e o quintal da casa de minha avó. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, Dezembro 2021, pp. 7-19. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>.

DOI: <https://www.doi.org/10.12957/arcosdesign.2021.66310>



A revista Arcos Design está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 3.0 Não Adaptada.

Recebido em 24/11/2021 | Aceito em 17/12/2021